



Combater o circo dos horrores

O governo Bolsonaro apresenta duas faces: uma, encarnada pelo próprio Presidente, que afirma preconceitos, ódio e intolerância; outra, que pretende destruir tudo que o povo brasileiro conquistou em sua luta pela democracia.

Os ataques promovidos nos seis primeiros meses de governo atingem direitos e benefícios, visam privatizar as empresas estatais e restringir políticas públicas nas áreas da saúde, educação, ciência, tecnologia. É nesse quadro que se inscrevem os cortes no orçamento e no questionário do Censo 2020.

Não satisfeito em impor uma reforma da Previdência que representa o fim da aposentadoria da maioria dos trabalhadores, o governo já anuncia outras medidas draconianas. São elas:

- Minirreforma trabalhista, para cortar os direitos que restam;
- Nova reforma administrativa, que prevê o fim da estabilidade do servidor, entre outras medidas;
- Reforma tributária, para aliviar ainda mais a carga de impostos dos poderosos;
- Privatização das universidades públicas (Future-se);
- Fim do orçamento carimbado da União e liberdade total para o governo determinar o quanto e em que vai investir;
- Entrega dos ativos da Petrobras e do Pré-sal a grupos privados.

Tudo isso se inscreve na ganância do sistema financeiro e no pagamento absurdo de juros e amortizações da dívida pública.

Muitos colegas acreditam que a solução é a aposentadoria. O Sindicato alerta que todos serão atingidos, mesmo os aposentados. Portanto, não há outra saída a não ser a unidade e a luta dos servidores e de todo o povo, em defesa de seus direitos e da democracia.

A resistência já começou e precisa crescer. No dia **13 de agosto** estaremos novamente nas ruas, levando nosso grito em defesa de um **CENSO SEM CORTES** e nosso protesto contra a reforma da Previdência, que ainda está em tramitação no Congresso Nacional.

Prefeitos de todo o país se opõem aos cortes no Censo

Em nota publicada em 2 de agosto, a Associação Brasileira de Municípios (ABM) declara sua contrariedade com os cortes no orçamento e no questionário do Censo 2020. "As informações do Censo são de fundamental importância para conhecermos as condições de vida do povo, e assim, elaborarmos, planejarmos e avaliarmos as políticas públicas", diz o texto.

Ainda de acordo com a Nota, "nós, prefeitos e prefeitas associados

à ABM, buscaremos diálogo com parlamentares na Câmara e no Senado, bem como com o próprio IBGE, na expectativa de reverter o retrocesso que se desenha nos cortes de recursos e do questionário do Censo Demográfico 2020".

A íntegra da Nota da AMB pode ser acessada na internet pelo link: <https://abm.org.br/em-defesa-dos-dados-e-das-informacoes-do-censo-2020/>

Sindicato cobra explicações sobre exoneração da coordenadora de Comunicação Social

A exoneração de Diana Paula Souza da coordenação de Comunicação Social é mais um capítulo trágico da administração Susana Guerra. Depois de repassar o trabalho de assessoria para uma empresa terceirizada pelo Ministério da Economia, a Presidente do IBGE decidiu mudar o comando da equipe de comunicação.

A ASSIBGE-SN denunciou o fato e enviou ofício à Presidência (ofício 049/19 - 30/7/2019), solicitando esclarecimentos a respeito. A contratação de outra pessoa de fora para ocupar um posto de tamanha responsabilidade, juntamente com o alijamento da CCS das questões re-

lativas ao Censo em detrimento de estrutura de comunicação externa ao IBGE, é mais uma demonstração do isolamento da atual administração diante do quadro funcional.

Lembramos que a Comunicação Social do IBGE tem papel estratégico no cumprimento do primeiro dos princípios fundamentais de estatísticas oficiais: Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso aos dados e pesquisas. Segundo este princípio, "os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública."

TOME NOTA

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO

6 a 8/8 | Previsão para a segunda votação da PEC 06/19 (reforma da Previdência) na Câmara dos Deputados;

5 e 6/8 | Atos nos aeroportos para "recepção" de parlamentares a caminho de Brasília;

13/8 | **Dia de Luta em defesa do IBGE e do CENSO SEM CORTES, contra a Reforma da Previdência.** Assembleias, Atos na porta do IBGE, IBGE ou serviços públicos na praça, debates para refletir sobre cortes no censo e reforma da previdência;

14/8 | Marcha das Margaridas;

14/8 a 27/9 | Encontros estaduais de Temporários

28 e 29/9 | Encontro Nacional dos Temporários. Eleição de representantes até 13/9;

3 a 10/11 | Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas e Congresso da ASSIBGE-SN.



Cortes no Censo: quem perde é o IBGE e a sociedade

Alguns dos ex-presidentes mais antigos divulgaram carta em que defendem o uso de novas tecnologias e o cruzamento de dados com registros administrativos, como uma adaptação do IBGE aos novos tempos. Certamente entre os que defendem o CENSO SEM CORTES ninguém se opõe à modernização das estruturas e de novas técnicas nas pesquisas e no Censo.

No entanto, perguntamos: Esses registros já estão organizados de forma a serem usados neste Censo? Qual a garantia técnica de que as pesquisas amostrais conseguirão substituir com qualidade as informações perdidas dos 5.570 municípios? Essas novas metodologias apresentadas como alternativas foram testadas?

O corte orçamentário foi o que redundou em operações desastrosas nos mais recentes censos do Chi-

le, Paraguai e Colômbia, realizadas no improviso e com muitas limitações. No Paraguai a subnotificação alcançou ¼ da população e no Chile toda a operação teve que ser refeita.

O alerta que fazemos não se restringe à defesa do Censo ou do IBGE, mas abrange temas caros à sociedade brasileira, como os dados sobre moradia, migração, educação, etc, que foram sacrificados no questionário. É desses dados que se valem os governos e governantes para receber recursos e planejar políticas públicas.

As consequências de pesquisas limitadas e censos improvisados recairão sobre o IBGE e todo o seu corpo técnico. Os governos e as direções passam, o que deve ficar é a credibilidade do IBGE, órgão público de pesquisa que é uma referência internacional, justamente pela dedicação e esforço de seus trabalhadores. É isso que está em jogo.



Ministério da Economia congela reajuste salarial e concursos

O Ministério da Economia enviou aos gestores de órgãos públicos federais uma circular, na qual delimita as medidas que pretende adotar sobre a gestão de pessoal no serviço público. Essas medidas já estão sendo encaradas como uma nova reforma administrativa, baseada na reestruturação das carreiras.

Os principais pontos da proposta são:

- a) a redução ou unificação das carreiras ou cargos existentes;
- b) a manutenção das estruturas remuneratórias atuais, inclusive das aposentadorias e pensões, evitando-se o aumento de gasto público;
- c) a manutenção dos requisitos de ingresso dos cargos efetivos, das similaridades de atribuições e de

remunerações, como critérios para se evitar a hipótese de provimento derivado em cargo público relacionado ao instituto da "transposição de cargos", que afronta ao disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal; e

- d) a mobilidade e flexibilidade na movimentação de pessoal, oportunizando a melhoria na gestão da força de trabalho existente e a possibilidade de redução de custos operacionais na realização das atividades dos órgãos e entidades.

Trocando em miúdos: se depender do Ministério da Economia não haverá reajustes salariais e nem concursos públicos em 2019 e nem em 2020.

JURÍDICO

De olho nas ações

Duas ações judiciais da ASSIBGE-SN estão em fase de execução:

- **Pagamento dos atrasados da GQ3** - Abrange todos os servidores que fizeram cursos para requerer a GQ3, mas o IBGE só reconheceu seu direito em 2013, gerando um passivo;
- **Licença-Prêmio em pecúnia** - Abrange todos os servidores que não gozaram a licença-prêmio desde 14 de dezembro de 2005. O servidor que tiver dúvida, deve se dirigir ao RH da sua unidade e pedir uma declaração de licença-prêmio. Esse benefício poderá ser recebido em forma de pecúnia por todos que se enquadram nesse caso. A Assessoria Jurídica da ASSIBGE-SN alerta a todos que as execuções são individuais, portanto, carecem da documentação de cada servidor. Procure seu Núcleo Sindical o mais rápido possível.

ATIVIDADE

Prestando contas (julho/2019)

- Audiência pública de 4/7
- Participação de reuniões em Brasília, na Câmara e no Senado;
- Carta às chefias de Unidades Estaduais, alertando sobre as consequências de um Censo mutilado (9/7);
- Cartas aos prefeitos e parlamentares sobre o CENSO SEM CORTES;
- Ofício à Presidência do IBGE cobrando explicações sobre a exoneração da coordenadora de Comunicação Social (30/7);
- Ofício cobrando peças que respaldam tecnicamente os cortes no Censo;
- Ofício cobrando detalhamento e explicações sobre o corte de orçamentos;
- Ofício cobrando explicações sobre uso de plataforma inadequada de mapeamento não chancelada pelas áreas técnicas no processo de trabalho do IBGE, o *Open Street Map*;
- Participação em debate na Unidade Estadual do Rio Grande do Sul, organizado pelo Núcleo RS da ASSIBGE-SN, a respeito dos cortes no Censo Demográfico 2020;
- Nota sobre a Carta de ex-presidentes do IBGE;
- Participação nos fóruns nacionais de servidores e fóruns contra a reforma da Previdência.